

## A etnografia no estudo do desvio

Tiago Neves<sup>1</sup>

### 1. Considerações gerais sobre epistemologia e etnografia

Em primeiro lugar, importa assinalar que um método de investigação (como a etnografia) não deve ser confundido com uma técnica de recolha ou tratamento dos dados: estas últimas são conjuntos relativamente estáveis e padronizados de procedimentos de auscultação e medição do real que recorrem a suportes instrumentais também relativamente estandardizados. O método, por sua vez, tem um carácter menos concreto, menos palpável. De acordo com de Bruyne *et al* (1991: 27), o método é "uma praxiológica da produção dos objectos científicos" (objecto científico entendido como grelha teoricamente construída que simultaneamente permite a leitura e a constituição da realidade). O método debruça-se assim tanto sobre os processos e os procedimentos de pesquisa como sobre os produtos criados através desses processos e procedimentos. Pode então ser entendido como o cimento que sustenta, pelo recurso do investigador às suas capacidades reflexivas e críticas, as diversas fases e dimensões da pesquisa - da articulação teoria-prática à selecção das técnicas e análise de dados.

O carácter reflexivo da investigação em sociologia, cada vez mais reconhecido e salientado pela comunidade científica da disciplina, significa que quem investiga faz parte do mundo que analisa e que o produto do seu trabalho é indeligiável do modo da sua produção. Daqui decorre a impossibilidade de, contrariamente à crença positivista, o investigador poder exprimir as suas observações numa linguagem neutra. Significa igualmente que, ao contrário do que supunha um naturalismo empirista ingénuo, o investigador não pode assumir que a sua presença nos *settings* naturais lhe permite o acesso à realidade "tal como ela é". O reconhecimento do carácter reflexivo da investigação exige assim que o cientista analise o seu papel e a sua prática no contexto da pesquisa que está a desenvolver.

Esta concepção de pesquisa afigura-se então indissociável de uma dada noção de *objectividade*. Neste sentido, objectividade não significará uma correspondência de verdade entre os dados da pesquisa e uma realidade externa que eles supostamente traduzem. Objectividade significará sim o fornecimento de material e argumentos que permitam compreender o processo de produção da pesquisa e os dados gerados através desse processo. Só assim se pode *objectivar*, isto é, *dar conta de* qualquer noção útil para a constituição de uma imagem compreensível do mundo.

Esta é uma visão do método e da actividade científica distinta daquela que tem a sua origem no quadro epistemológico em que o *produto* é sinónimo de conhecimento e o *processo* pouco significativo, em que o método se arrisca a ser reduzido a uma espécie de receita ou subjugado a uma tecnologia, burocratizando-se e esvaziando-se de conteúdo, passando a ser apenas forma - ou formato, como acontece em tipos estereotipados de *research-design* (cf. De Bruyne *et al*, 1991: 30-31).

O método etnográfico, por seu lado, tende a inverter a lógica do *design* estereotipado, pois conforme bem assinalam Hammersley e Atkinson não é possível determinar *a priori* o curso de uma etnografia, sendo o trajecto da pesquisa constantemente redefinido (1983: 28). Procurando constantemente a integração das diferentes fases da pesquisa com o seu enquadramento teórico e epistemológico, abrindo o investigador à possibilidade de ser surpreendido em virtude de o método ser ordenado em função do real e não o real em função do método (Fernandes, 1998: 29), promovendo a transformação pessoal do investigador através da

---

<sup>1</sup> Assistente da FPCE-UP

sua ressocialização num novo contexto, a etnografia revela-se um método de forte carácter humanista e particularmente sintonizado com a experiência social<sup>2</sup>.

## 2. A etnografia

### 2.1. Elementos fundamentais

O propósito fundamental da investigação de tipo etnográfico é a descrição cultural, possibilitada primordialmente pela observação participante de actividades desenvolvidas pelos membros de um determinado grupo durante um período de tempo relativamente longo.

No quadro daquilo que afirmei no ponto 1., e como dizem Emerson, Fretz e Shaw, esta aproximação não visa encontrar ou estabelecer «a verdade» daquilo que acontece ou aconteceu, mas sim «revelar as múltiplas verdades visíveis nas vidas dos outros» (1995: 3). Ou, como diriam Hélio Silva e Cláudia Milito, «(...) tentar não chegar à *verdade*, mas contar com um repertório mais amplo de mentiras que permitam, ao menos, a compreensão dos *mecanismos* de fabulação ali imperantes, o entendimento das fantasias, dos disfarces e das pistas falsas (...)» (1995: 170). Trata-se portanto de, através daquilo a que normalmente se chama de *inside knowledge*<sup>3</sup>, ter acesso a diferentes representações do mundo que, constituindo a realidade de diferentes actores sociais, necessariamente encontram repercussão na diversidade das suas práticas. A etnografia constitui-se desta forma como um processo de descrição e compreensão do sentido das trajectórias dos sujeitos e das comunidades. Nesta medida afigura-se de grande potencial heurístico para o estudo dos comportamentos desviantes, habitualmente designados de irracionais, loucos, estúpidos, incompreensíveis ou despropositados; ou seja, de uma forma ou de outra, de actos normalmente ditos sem sentido. Do mesmo modo revela-se um método potencialmente provocador na medida em que detecta sentido em comportamentos que, por medo e comodidade, nos fomos habituando a relegar para as margens da razão e da sociedade, excluindo-os do nosso convívio. A provocação, neste caso, resulta da necessidade de os enfrentar como fazendo parte de “Nós” e de confrontarmos as nossas noções de Bem e Mal. Esta e outras consequências podem ser retiradas das palavras de Ernest Becker: «Optar por uma teoria dos males humanos não se limita a uma opção pelo tipo de pessoa a quem teremos de prestar consideração em termos profissionais; significa também optar pelo tipo de mundo em que vamos acordar, pelos tipos de seres humanos com quem teremos de nos cruzar na rua» (cit. in Pearson, 1975: 164).

### 2.2. Etnografia do desvio

#### Da adequação do método ao objecto:

De acordo com a já referida lógica de adaptação do método ao objecto real, se considerarmos que os mundos desviantes são, por natureza, contextos de suspeição e clandestinidade, de difícil acesso através do recurso a estratégias mais intrusivas como os inquéritos ou as entrevistas formais, a etnografia afigura-se uma opção de investigação adequada (Polsky, 1971; Weppner, 1977; Adler, 1993; Fernandes, 1998). Polsky defende mesmo a ideia de que o estudo de criminosos adultos activos no seu meio natural é imprescindível para dar resposta à crucial questão da análise sociológica dos estilos de vida e das carreiras desviantes em relação com os processos sociais mais abrangentes (1971: 120). Já os contextos judiciais ou terapêuticos, por seu turno, tendem a reduzir o sujeito produtor de

---

<sup>2</sup> Cf. Blumer (1969) acerca do que este autor assinala sobre as premissas do interaccionismo simbólico. Nesta perspectiva, a realidade surge como produto transitório de negociações e arranjos sociais percíveis e não como imanência ontológica.

<sup>3</sup> Esta expressão traduz o acesso ao ponto de vista dos actores, sem no entanto significar quer a sua aceitação como verdade absoluta, quer a sua adopção pelo etnógrafo.

sentidos a mero objecto a corrigir e a orientar a sua actuação discursiva e comportamental no sentido daquilo que é institucionalmente esperado ou adequado.

Também há quem defenda a adequação da etnografia a este tipo de contextos pelo facto de o método etnográfico permitir «aos “peões” das forças estruturais mais abrangentes emergirem como seres humanos reais que moldam os seus próprios futuros» (Bourgois, 1996: 21), algo que se afigura importante no quadro de populações tradicionalmente desapossadas de voz e poder no que se refere à explicitação da sua própria situação.

Ao fazermos etnografia estamos a utilizar um método que prevê uma aproximação subtil e progressiva orientada para o estabelecimento de relações pessoais de confiança. Tais elementos do método, em conjunto com a disponibilidade do investigador para participar assumindo, de início, o papel de principiante, são fundamentais para uma boa entrada num mundo social desviante.

### **Os perigos da atracção pelo romantismo e pelo voyeurismo**

Possuidores de percursos de vida normalmente afastados dos mundos desviantes, os investigadores correm o risco de misturar o estudo do fenómeno com o fascínio por algo que, pessoalmente, lhes pode aparecer como exótico e excitante. Aturdidos e seduzidos pelas diferenças que encontram, podem negligenciar a análise daquilo que ocorre de forma idêntica no seu grupo de pertença, tornando-se assim uma espécie de turistas, *voyeurs* obcecados pela identificação das desconformidades (cf. Roberts, 1982: 246). Chocados com determinadas práticas e modos de vida, podem também colocar a intervenção assente em crenças e motivações pessoais acima dos interesses do estudo, assumindo mais o papel de assistentes sociais, políticos ou interventores do que de cientistas. Sobre este último aspecto concordo com Polsky quando, na linha de Weber, defende que não deve existir uma sobreposição entre o nosso papel enquanto cidadãos e o nosso papel enquanto cientistas (Polsky, 1971: 141-142). Aliás, a própria opção pela estratégia de investigação etnográfica revela, em princípio, algum distanciamento do investigador face a modelos realistas do desvio, preocupados com a identificação das causas do comportamento desviante e a eficácia dos mecanismos correcionais.

Por outro lado, caso empatizem e se identifiquem excessivamente com os sujeitos em análise, perdendo de vista a preservação da estranheza antropológica, os investigadores podem acabar por exaltar as suas capacidades de sobrevivência em detrimento de apresentar o seu sofrimento (Irwin, 1972: 134). É possível que se assista então ao assumir de um discurso romântico onde a afirmação do desvio como liberdade expressiva e o reconhecimento da capacidade de actuação dos sujeitos desviantes se sobrepõem claramente à análise do seu contexto de actuação.

É importante ter em linha de conta, no entanto, que o simples facto de o projecto etnográfico cumprir o seu papel de entender o sentido que os outros, neste caso os desviantes, atribuem às suas acções, faz com que a apresentação compreensiva do mundo marginal se revista frequentemente de tons de simpatia. Mas aqui o problema já não reside apenas na escrita do etnógrafo; encontra-se também nos olhos do leitor (Bourgois, 1995: 24).

### **Os estatutos overt e covert**

A questão do estatuto do etnógrafo no terreno é fundamental, estando-lhe associadas questões de eficácia e moralidade (Douglas, 1972: 5). Tal como Weppner (1977: 34-35) e Polsky (1972: 122), considero que o melhor método de entrada no terreno, e o mais óbvio, é dizer-se quem se é. No entanto, a passagem do estatuto *covert* a *overt* é progressiva: a nossa identidade não é algo que se revele logo de partida e a todos ao mesmo tempo. Nunca se dá toda a informação sobre nós próprios à primeira, nem se pede toda a informação sobre os outros à primeira – trata-se de uma regra de bom senso.

Em termos morais, uma questão incontestável é a de que o etnógrafo que nunca revela a sua identidade está a fazer-se passar por outrém e, desde logo, a iludir os sujeitos com os quais

realiza a pesquisa; parece-me condenável que o cientista social se confunda com um espião. Este problema moral estende-se depois para a esfera psicológica, criando situações extremamente ansiogénicas para o investigador, fragilizando-o na medida em que a descoberta da sua verdadeira identidade pode colocar em risco, pelo menos, o prosseguimento da pesquisa (Fernandes, Neves e Chaves, 2001: 191). Para além disso, a opção por uma investigação conduzida em segredo tem também implicações em termos da eficácia da pesquisa: por um lado, impede o uso de outras técnicas como, por exemplo, as entrevistas formais; por outro, como bem diz Raymond Lee, é natural que um criminoso que julga ter a seu lado outro criminoso espere deste algum tipo de apoio no momento de cometer uma infracção, e não apenas um consentimento silencioso e mais ou menos envergonhado (Lee, 1995: 50).

Assim sendo, o etnógrafo deve dar a conhecer claramente o seu papel, os seus interesses, as fronteiras que o separam dos sujeitos desviantes. E será a partir desse lugar que levará a cabo a difícil tarefa de conhecer o mais e melhor possível sem demonstrar uma curiosidade intrusiva típica dos agentes de controlo social<sup>4</sup>. Chamo curiosidade típica à prática de formulação de perguntas directas que visam o estabelecimento dos factos processáveis pelo sistema burocrático da agência de controlo em causa e a identificação dos participantes nas categorias de culpados/inocentes, são/doentes, vítimas/ofensores.

### **As relações com os informantes**

Os autores que desenvolvem etnografias em contextos desviantes tendem a considerar a amostragem em bola de neve como a estratégia mais eficaz para o estabelecimento e alargamento da rede de contactos (cf., por exemplo, Irwin, 1972; Polsky, 1972; Bourgois, 1996; Fernandes, Neves & Chaves, 2001). Trata-se de um procedimento semelhante ao utilizado nas interacções quotidianas vulgares e que possibilita um crescimento sustentado de uma rede de sujeitos significativos.

Uma outra questão crucial nesta dimensão é a das trocas entre etnógrafo e informantes. Sabendo-se de antemão que as partilhas serão desiguais em virtude de cada uma das partes ter coisas bastante diferentes a oferecer, há quem opte por “profissionalizar” a relação, atribuindo gratificações monetárias aos sujeitos que participam na pesquisa (cf. Dunlap & Johnson, 1999), e há quem nitidamente prefira outro tipo de intercâmbios, como a realização de favores do dia-a-dia (Adler, 1993), a prestação de apoio em situações de conflito com a lei (Irwin, 1972; Adler, 1993), a simples escuta do outro (Douglas, 1972) ou a partilha de bens de consumo rápido (Lee, 1995). Pessoalmente, considero que a manutenção prolongada no tempo de uma relação de tipo “profissional” com indivíduos com estilos de vida não normativos, designadamente toxicodependentes que passam uma boa parte do tempo na rua, é extremamente difícil na medida em que a lógica da gratificação profissional tende a ser-lhes distante. Recordo claramente quando um informante com o qual estabeleci uma relação deste tipo, com pagamentos quinzenais, me pediu um adiantamento logo no dia seguinte ao primeiro pagamento... Posso acrescentar ainda que a qualificação da relação como sendo de tipo profissional corre o risco de inibir ou subverter o desenvolvimento de relações empáticas mais aprofundadas entre etnógrafo e informantes, isto porque quando surgem dificuldades uma das partes pode tender a refugiar-se relembrando o carácter profissional da relação.

É também importante ter em consideração que o estabelecimento de relações de confiança é um processo que decorre permanentemente, não se podendo nunca dá-lo por concluído com qualquer sujeito. Para estabelecer relações de confiança, é importante que o etnógrafo seja capaz de se expor, de seleccionar situações em que possa revelar a sua vulnerabilidade; caso contrário, estabelecerá uma relação de superioridade relativamente aos sujeitos em análise, reduzindo-os ao estatuto de meros objectos de pesquisa. Sem assumir o risco da exposição, o etnógrafo nunca crescerá enquanto sujeito no meio de outros sujeitos.

Para terminar, um aspecto fundamental: estabelecer algumas regras inquebráveis na relação com os sujeitos, tendo o cuidado não só de as transmitir claramente mas também de as

---

<sup>4</sup> Cf. Hélio Silva e Cláudia Milito (1995: 170-171).

explicar. Por exemplo, tenho para mim que esta é uma boa regra: “Não chibo mas também não colaboro”.

## Riscos

Existem, evidentemente, alguns riscos para o etnógrafo dos comportamentos desviantes. Pode no entanto dizer-se, sem equívoco, que situações morais e comportamentais hipotéticas não substituem as ocorrências reais nas quais a decisão que vale é a que se toma no momento, por vezes sem capacidade nem possibilidade de se pensar duas vezes. Aqui, a lógica que deve imperar é, na ausência do conhecimento de causa, o bom senso polvilhado com preocupação pela segurança pessoal.

Em primeiro lugar, o etnógrafo não tem privilégios como os do padre no confessionário, do médico ou do advogado na consulta. É preciso ter consciência de que muitas vezes vai quebrar a lei (normalmente na condição de testemunha directa ou indirecta) e que não possui qualquer estatuto privilegiado perante as autoridades. Daí que seja fundamental definir os limites da sua participação, estabelecer até que ponto está disposto a participar, ver e ouvir (cf. Adler, 1993: 23; Polsky, 1971: 138). Em segundo lugar, tem de estar preparado para aceitar o facto de, uma vez no terreno e ao contrário daquilo que faz parte da sua experiência habitual, a maior parte do perigo vir das instituições de controlo e não dos desviantes propriamente ditos (Bourgois, 1995: 31; Polsky, 1971: 145). Fugir dos agentes da polícia que saíam das carrinhas e avançavam pelo bairro foi a experiência que mais ansiedade me provocou, incomparavelmente mais do que ir (com os indivíduos que acompanhava) comprar droga a desconhecidos em outros bairros ou assistir a discussões por causa de negócios. Em terceiro lugar, deverá precaver-se de eventuais agressões à sua integridade por parte de sujeitos do contexto em análise; para tal, e especialmente nos primeiros tempos da pesquisa, enquanto se sente mais inseguro, deverá procurar andar acompanhado por algum informante em quem tenha mais confiança e, como diz Polsky, «manter os olhos e ouvidos abertos mas a boca fechada» (1971: 126).

Por fim, o etnógrafo terá de se preparar para uma certa ressocialização em virtude da sua observação e partilha de um estilo de vida que lhe era estranho: terá de se preparar para rever a sua própria concepção do mundo. Este último aspecto é, no meu entender, o mais fascinante: aquele onde mais intensamente se cruzam a etnografia enquanto método e o etnógrafo enquanto pessoa; também aquele onde se termina de escrever sobre um método e nos reservamos ou ao silêncio introspectivo ou às conversas com amigos.

## Referências bibliográficas

- ADLER, Patrícia A. (1993) *Wheeling and dealing – an ethnography of an upper level drug dealing and smuggling community*, Nova Iorque: Columbia University Press.
- BLUMER, Herbert (1969) *Symbolic Interactionism: perspective and method*, Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall.
- BOURGOIS, Philippe (1996) *In Search of Respect – selling crack in El Barrio*, Cambridge: Cambridge University Press.
- DE BRUYNE, Paul; HERMAN, Jacques & DE SCHOUTHEETE, Marc (1991) *Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais - os pólos da prática metodológica*, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.
- DOUGLAS, Jack D. (1972) “Observing deviance” in Douglas, Jack D. (org.) *Research on Deviance*, Nova Iorque: Random House.
- EMERSON, Robert M., FRETZ, Rachel I. & SHAW, Linda L. (1995) *Writing Ethnographic Fieldnotes*, Chicago: The University of Chicago Press.

- Eloise DUNLAP & Bruce D. JOHNSON, “Gaining access to hidden populations: strategies for gaining cooperation of drug sellers/dealers and their families in ethnographic research”. In *Drugs & Society*, 14, 1|2, 1999.
- FERNANDES, Luís (1998) *O Sítio das Drogas*, Lisboa: Ed. Notícias.
- FERNANDES, Luís; NEVES, Neves & CHAVES, Miguel (2001) “Investigação etnográfica em territórios psicotrópicos: notas de terreno e comentário”. In *Educação, Sociedade & Culturas*, 16, pp. 171-201.
- IRWIN, John (1972) “Problems of access and risk in observing drug scenes” in Douglas, Jack D. (org.) *Research on Deviance*, Nova Iorque: Random House.
- LEE, Raymond M. (1995) *Dangerous Fieldwork*, Thousand Oaks: Sage. Qualitative Research Methods Series, 34.
- PEARSON, Geoff (1975) “Misfit sociology and the politics of socialization” in Taylor, Ian; Walton, Paul & Young, Jock (orgs.) *Critical Criminology*, Londres: Routledge & Kegan Paul.
- POLSKY, Ned (1971) *Hustlers, Beats and Others*, Harmondsworth: Penguin Books. Edição original de 1967.
- ROBERTS, Brian (1982) “Naturalistic research into subcultures and deviance” in Stuart Hall & Tony Jefferson (orgs) (1982) *Resistance through Rituals – youth subcultures in post-war Britain*, Londres: Hutchinson.
- SILVA, Hélio R. S. e MILITO, Cláudia (1995) *Vozes do Meio-fio*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- WEPPNER, Robert S. (1977) “Street Ethnography” in Robert S. Weppner (org.) (1977) *Street Ethnography – selected studies of crime and drug use in natural settings*, Beverly Hills e Londres: Sage.